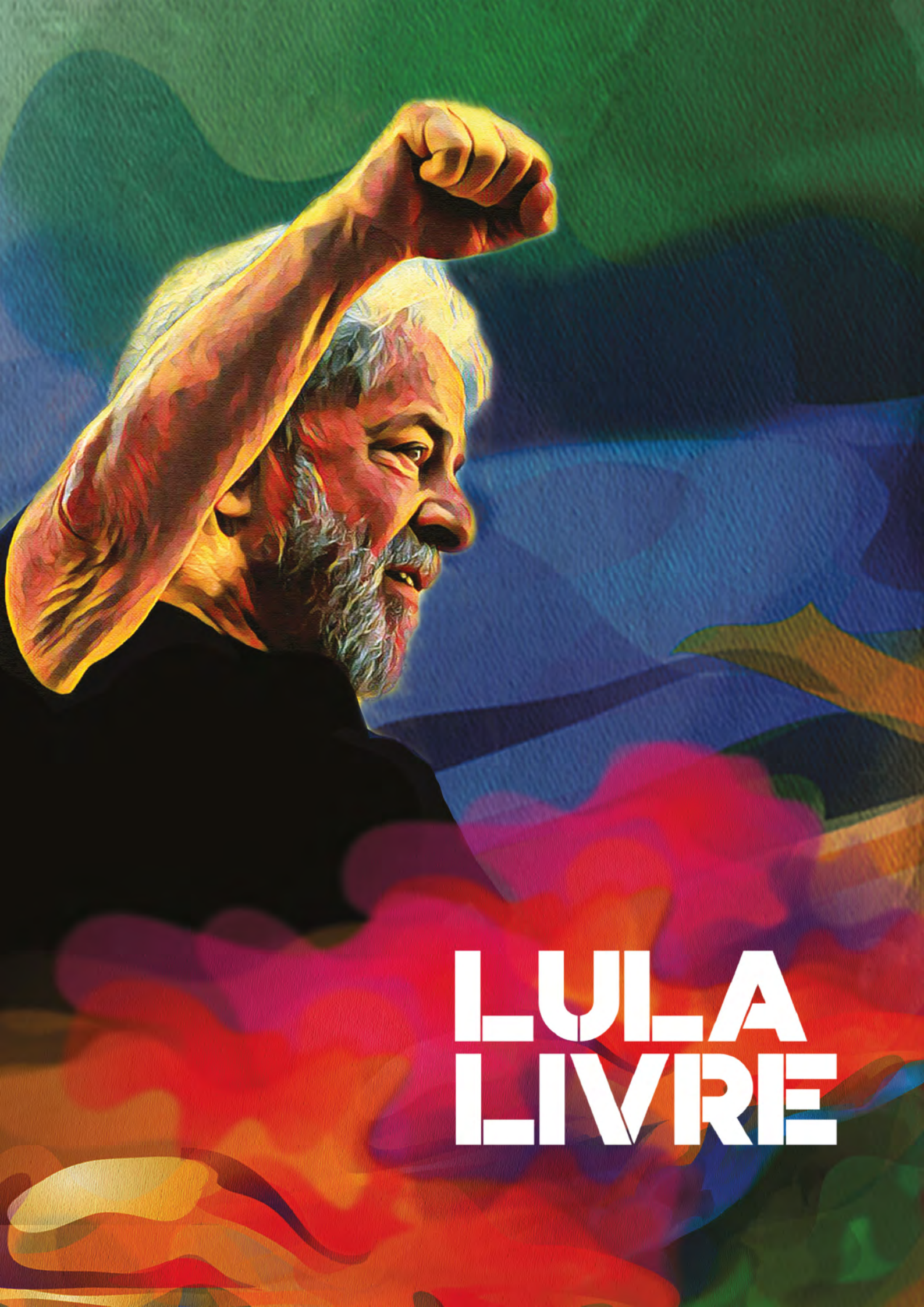




**LULA
LIVRE**

Sumário

LULA LIVRE É A LUTA PELA DEMOCRACIA E OS DIREITOS DO POVO	4
A PERSEGUIÇÃO JUDICIAL CONTRA LULA	6
Por que querem manter Lula condenado e preso?	
Moro: Juiz ou Inquisidor?	
COMO FOI CRIADO O CLIMA PARA JUSTIFICAR A PRISÃO DE LULA	8
O CASO DO TRIPLEX DO GUARUJÁ	10
A PRISÃO DE LULA E O DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE	11
LULA E A PETROBRAS	12
O CASO DO SÍTIO EM ATIBAIA	13
LULA, UM PRESO INCOMUM	14
POSSIBILIDADES DE LIBERDADE PARA LULA	15
LINHA DO TEMPO DA PERSEGUIÇÃO CONTRA LULA	16
GOVERNO BOLSONARO E A CRIMINALIZAÇÃO DOS DEFENSORES DO POVO	20
A CAMPANHA LULA LIVRE E A RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA	21
Como participar da Campanha Lula Livre	
Como construir um Comitê Popular Lula Livre	
Comitê Digital Lula Livre	
Seja você a mídia Lula Livre	
Como manter ativo um Comitê Popular Lula Livre	
OS PARTIDOS POLÍTICOS E A CAMPANHA LULA LIVRE	27
OS SINDICATOS E A CAMPANHA LULA LIVRE	28
Sugestões para o trabalho de base	
AS JUVENTUDES E A CAMPANHA LULA LIVRE	30
A VIGÍLIA LULA LIVRE EM CURITIBA	30

LULA LIVRE

É A LUTA PELA DEMOCRACIA E OS DIREITOS DO POVO

*SÓ HAVERÁ DEMOCRACIA
VERDADEIRA NO BRASIL QUANDO
LULA TIVER UM JULGAMENTO
JUSTO E VOLTAR A FALAR
LIVREMENTE COM NOSSO POVO*

Lula está preso. Uma prisão injusta, ilegal, sem base em provas nem de que Lula é culpado e nem mesmo de que teria havido qualquer crime nos casos em que o ex-presidente foi julgado.

Os mais respeitados juristas do Brasil e da comunidade internacional contestam a legalidade e os procedimentos arbitrários que levaram a sua condenação e prisão. Personalidades democráticas de todo o mundo afirmam que Lula é um preso político.

A campanha LULA LIVRE começou pela denúncia das arbitrariedades e da farsa judicial que o levou à prisão em 7 de abril de 2018. Esta campanha mobiliza cidadãos e cidadãs no Brasil, nos vários estados e em centenas de municípios, e de vários países do mundo. Ela parte de uma base fundamental: Lula é inocente e tem os seus direitos violados de forma ilegal, arbitrária e injusta.

Neste caderno, você encontrará um apanhado de argumentos para com-

preender por que Lula é inocente e deve ser imediatamente libertado, orientações sobre como organizar os comitês Lula Livre e sugestões de ações preparadas pelo COMITÊ NACIONAL LULA LIVRE do Brasil, composto por mais de 80 organizações nacionais, de partidos políticos, movimentos sociais, organizações da sociedade e personalidades do mundo da cultura, de diversas igrejas, da comunidade do Direito e da Justiça, jornalistas e intelectuais.

A liberdade de Lula vai além da garantia de um direito do cidadão que foi o maior presidente do Brasil. Ela se

junta à luta pelo esclarecimento do assassinato da vereadora Marielle Franco e de tantos outros representantes da população pobre, feminina, trabalhadora, camponesa, negra, LGBT e todos os que foram perseguidos e discriminados em 500 anos de História. De todos aqueles que vinham conquistando direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais. É uma tarefa de milhões, num grande mutirão, para o qual o Comitê Nacional Lula Livre agora convoca você!

Ex-presidente Lula
visita acampamento
Maria da Conceição,
do MST, em Itatiaiuçu,
Minas Gerais.
Intervenção sobre foto
de Ricardo Stuckert



A PERSEGUIÇÃO JUDICIAL CONTRA LULA



Defender a liberdade de Lula vai muito além de bradar #LulaLivre. Todos nós temos a responsabilidade de conhecer a fundo o processo de perseguição política e judicial contra Lula. Só assim, teremos argumentos fundamentados para defender sua inocência e justificar com base em fatos e provas – não somente em convicções – nossa reivindicação de libertação imediata do ex-presidente.

Lula é vítima de uma armação judicial, sustentada por uma campanha de difamação pela imprensa, a começar pela Rede Globo. As falsas acusações contra ele, sua família e seus colaboradores ganharam manchetes nos jornais, capas de revistas e dezenas de horas de notícias. Mas sua defesa sempre foi desprezada, quando não foi simplesmente censurada pelos inimigos de seu governo, um governo que tanto fez pelo povo brasileiro.

Aqui vamos explicar quais foram as acusações contra Lula, esclarecer a verdade dos fatos e mostrar por que ele foi acusado falsamente e condenado sem provas.

Ex-presidente Lula no velório do seu neto, em São Bernardo.
Foto: Ricardo Stukert

Por que querem manter Lula condenado e preso?

A perseguição contra Lula é política. Lula foi o melhor presidente da história do Brasil, deixando o Governo com índices incomparáveis de aprovação e elegendo sua sucessora. Como não conseguiam derrotar Lula e o PT nas urnas, seus opositores se articularam para colocá-lo no centro de uma grande farsa judicial.

Ao longo de sua vida, Lula sempre foi um ferrenho defensor da democracia e da justiça. Como presidente, combateu desigualdades, ampliou o acesso à educação como nunca antes na nossa história, fez do Brasil um país respeitado internacionalmente. Sua forma de governar o país, com um projeto que transformou profundamente a realidade do nosso povo, incomodou muita gente, dentro e fora do Brasil. No fundo, essa é a razão central de sua perseguição. Seus opositores o querem preso e silenciado para implementar no país um projeto autoritário, antipopular, que tira direitos dos trabalhadores enquanto reforça os privilégios da elite e vende nossa soberania.

A perfeita sincronia entre as ações judiciais e o calendário eleitoral mostra que Lula foi condenado e preso para que não fosse eleito pela terceira vez como Presidente da República. A primeira condenação contra Lula, em 2017, e sua confirmação pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, em 2018, aconteceram em tempo recorde, só para dar tempo de proibir a candidatura de Lula com base na interpretação que o Tribunal Superior Eleitoral deu à Lei da Ficha Limpa.

Os adversários de Lula sabiam que, numa eleição livre, ele seria eleito presidente no primeiro turno, conforme todas as pesquisas eleitorais indicavam na época. A eleição de Lula impediria o

prosseguimento das medidas sociais e econômicas do governo golpista de Michel Temer: a retirada dos direitos trabalhistas, o fim da previdência pública, a entrega do pré-sal aos estrangeiros, a privatização da Petrobrás, da Eletrobrás, do Banco do Brasil, da Caixa e do Banco do Nordeste, o corte dos investimentos em Educação, Saúde, no Bolsa Família e na Agricultura Familiar.

Depois do golpe, em 2016, o povo percebeu rapidamente que o governo ilegítimo se voltava contra os trabalhadores, os pobres, o povo do Nordeste, os moradores da periferia, as mulheres, os negros e indígenas, enfim, a todos os que foram perseguidos e esquecidos ao longo de 500 anos. E a sociedade percebeu que se tratava de um governo disposto a entregar as riquezas naturais e a soberania nacional nas mãos dos estrangeiros e seus representantes no país. Numa eleição livre, Lula se tornaria presidente para salvar o país de tudo isso.

A maior prova que a perseguição judicial contra Lula tinha motivações políticas foi a escolha de Sérgio Moro como Ministro da Justiça de Bolsonaro. Foi ele quem comandou a farsa judicial, em cumplicidade com Deltan Dallagnol, a PF de Curitiba e o TRF-4 de Porto Alegre para condenar e prender Lula em tempo recorde. Por terem contribuído de maneira decisiva para tirar Lula das eleições, Moro recebeu como prêmio o Ministério da Justiça, para o qual levou seus aliados da Lava Jato. Ao contrário de suas manifestações leoninas contra Lula, comporta-se com complacência ante as pesadas acusações de peculato, corrupção e compactuação com milícias que atingem Bolsonaro e sua família.



MORO: JUIZ OU INQUISIDOR?

Moro se tornou ministro de Bolsonaro, o principal beneficiado com a prisão de Lula. Outros fatos mostram que Moro agiu sem imparcialidade no caso de Lula:

Moro determinou a condução coercitiva ilegal de Lula, que sempre se dispôs a colaborar com a Justiça;

O escritório de advocacia responsável pela defesa do ex-presidente teve seu sigilo telefônico quebrado ilegalmente, o que é crime, pois viola o sigilo da comunicação dos advogados com seus clientes;

Moro interceptou ligações entre Lula e a então Presidente da República, o que por si só é criminoso. Além disso, ele divulgou os áudios para a imprensa, para impedir que Lula fosse nomeado ministro de Dilma;

Moro se manifestou favoravelmente a protestos que tinham como objeto central o golpe praticado contra a presidenta Dilma Rousseff, mostrando que tem lado político;

Moro teve contato com a cúpula da campanha de Bolsonaro, durante as eleições, período em que ainda era o juiz responsável por casos de Lula.

COMO FOI CRIADO O CLIMA PARA JUSTIFICAR A PRISÃO DE LULA



Ex-presidente Lula recebe a então presidenta Dilma em visita a São Bernardo. Intervenção sobre foto de Ricardo Stuckert

É importante entender que a prisão de Lula se baseia na construção de uma imagem de inimigo perante a opinião pública. Os vazamentos constantes de informações sobre os processos de Lula revelam a obscura relação que se estabeleceu entre a força tarefa da Lava Jato e a imprensa hegemônica. Muitas vezes, a imprensa sabia de alguns procedimentos judiciais antes mesmo do que a defesa do acusado, o que é inaceitável em um estado democrático de direito.

Essa relação promíscua entre a Lava Jato e a imprensa é assunto do artigo publicado por Moro sobre a Operação "Mãos Limpas", em 2004. Ele defende que a imprensa dê ampla publicidade às ações de combate à corrupção, o que, segundo ele, fortalece as investigações. Na prática, o que aconteceu com Lula foi que o vazamento seletivo de informações por membros do Ministério Público Federal, da Polícia Federal e pelo próprio Moro, conduziu a uma condenação pública antes de qualquer sentença judicial.

Isso fere o direito previsto pela Constituição Federal de presunção de inocência, ou seja, que ninguém seja considerado culpado de qualquer crime antes de uma condenação fundamentada. Nos últimos anos, a mídia – munida por informações distorcidas e descontextualizadas fornecidas pela Lava Jato – dedicou centenas de horas, manchetes e capas de revista para construir uma imagem de criminoso sobre Lula, antes de qualquer sentença condenatória. Com isso, a perseguição a Lula o levou a ser condenado pela imprensa antes mesmo que fosse julgado nas instâncias judiciais (que antecipadamente tinham o objetivo político de condená-lo sem provas).

O Juiz Moro e o Ministério Público Federal da Lava Jato demonstram óbvia parcialidade nas investigações e nos julgamentos de Lula. A condução coercitiva de Lula para depoimento em março de 2016 – duramente reprovada por juristas renomados, inclusive por ministros do STF – é um dos muitos exemplos que comprovam que Moro agia como perseguidor, não como juiz imparcial.

Os advogados de Lula têm usado um termo em inglês para descrever essa perseguição contra Lula: Lawfare, que pode ser traduzido como "guerra judicial". Esse conceito representa o uso indevido de recursos jurídicos para perseguir politicamente cidadãos, movimentos ou organizações. As dezenas de procedimentos movidos contra Lula, a relativização de seus direitos, e o uso da imprensa como auxiliar de acusação demonstram que Lula é vítima dessa "guerra jurídica".



A espetacularização da justiça: como forma de construir a imagem de Lula como criminoso, os processos contra o ex-presidente ganharam ares cinematográficos. Sua condução coercitiva para depor no processo do triplex contou com um aparato de segurança claramente desproporcional. A denúncia contra Lula pelo MPF tornou-se um símbolo dessa espetacularização: Delfan Dellagnol convocou a imprensa e apresentou a denúncia com uso de um Power Point que virou motivo de crítica e piada, por seu maniqueísmo e superficialidade.

O CASO DO TRIPLEX DO GUARUJÁ

A primeira condenação de Lula teve como objeto central um apartamento triplex, na cidade de Guarujá - SP. Segundo a acusação, Lula teria recebido este apartamento da construtora OAS como forma de recompensá-lo por ter beneficiado a empresa enquanto foi Presidente da República. Lula nunca foi o proprietário desse apartamento e jamais fez uso dele.

Em 2005, a esposa de Lula, Marisa Leticia, adquiriu uma cota-parte de um empreendimento habitacional lançado pela BANCOOP (Cooperativa Habitacional dos Bancários de São Paulo) no Guarujá. Pagavam todos os meses uma parcela à construtora e, no final, teriam direito a um apartamento tipo padrão.

Em 2009, a BANCOOP transferiu o empreendimento à OAS, que deu seguimento às obras. Em 2013, Léo Pinheiro, então presidente da OAS, convidou Lula e Dona Marisa a conhecerem um dos apartamentos do edifício, um triplex. O casal visitou o apartamento para avaliar a compra - a única vez que Lula pôs os pés no imóvel -, mas jamais o utilizou e também não manifestou interesse em adquiri-lo.

Ainda assim, Lula foi considerado culpado das acusações e condenado por Moro a 9 anos e 6 meses de prisão. O principal fundamento da condenação foi o interrogatório de Léo Pinheiro, concedido como parte de um acordo com a Justiça. Vale lembrar que tentativa inicial de fechar um acordo de delação pre-

miada de Léo Pinheiro não mencionava qualquer benefício a Lula, mas não foi aceito pelo Ministério Público Federal. Somente depois de preso quase dois anos, e de ser condenado a mais de 26 anos de prisão, foi que Léo Pinheiro mudou sua versão. Em troca, foi colocado em regime semi-aberto, com pena reduzida para três anos e meio.

A sentença apresenta graves falhas: ela não determina o que Lula teria feito em favor da OAS, como presidente da República, que justificasse o recebimento do apartamento como vantagem ilegal - apartamento que, repetimos, nunca foi dele. Moro limita-se a dizer que Lula praticou "atos indeterminados". Também não vincula as supostas vantagens a Lula ao esquema de propinas da OAS nos contratos da Petrobras - com isso, não há justificativa para que Lula fosse julgado por Moro, que é o juiz responsável por julgar casos de corrupção envolvendo a Petrobras.

O recurso de Lula ao Tribunal Regional Federal foi julgado em tempo recorde, e sua pena foi duríssima, aumentada para 12 anos e 1 mês de prisão (se a pena fosse menor do que 12 anos, a culpabilidade estaria prescrita e Lula seria solto). A agilidade extraordinária no julgamento, registrada pela grande imprensa, demonstra também o tratamento diferenciado dado a Lula. Nesse caso, fica evidente que sua condenação em segunda instância foi acelerada para acontecer antes das eleições de 2018.

A PRISÃO DE LULA E O DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE

A Constituição Federal prevê que ninguém pode ser considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença criminal condenatória. Isso quer dizer que, enquanto houver recursos cabíveis, o réu continua sendo considerado inocente e, assim sendo, pode recorrer de sentença condenatória em liberdade, o que é reiterado pelo Código de Processo Penal em seu artigo 283.

Esse é o caso de Lula, e para fazer valer esse direito seus advogados ingressaram com um habeas corpus no Supremo Tribunal Federal, a fim de que ele pudesse recorrer de sua condenação em liberdade.

Por um placar apertado - 6 a 5-, prevaleceu a tese de que a prisão pode ser executada depois da condenação em segunda instância e que, portanto, Lula poderia ser preso. O que mais

chamou a atenção para este resultado, no entanto, foi a posição de uma das ministras do STF, que chegou a afirmar, durante o julgamento, que acredita que a prisão só poderia acontecer depois do trânsito em julgado da sentença, mas que iria votar contra sua própria opinião para respeitar uma decisão mais antiga da Corte em um outro habeas corpus.

O problema maior é que esse tema já estava em discussão no STF em duas ações, chamadas de Ação Declaratória de Constitucionalidade. Nessas ações, a posição da maioria dos ministros que já haviam votado era de que a prisão só pode acontecer depois do trânsito em julgado da sentença - posição que favorece Lula. O atraso para terminar o julgamento dessas ações levou ao resultado desfavorável ao ex-presidente, o que chama atenção.



Ex-presidente Lula em ato em Ouricuri, Pernambuco.
Foto: Ricardo Stuckert



Um dos instrumentos utilizados com grande frequência no processo de perseguição contra Lula é a delação premiada, uma espécie de acordo celebrado na Justiça para que réus confessos denunciem outros envolvidos nos crimes, em troca de redução de suas penas. A maior parte das acusações contra Lula se baseia em delações, ou seja, na palavra de criminosos assumidos, que criam acusações contra Lula a fim de se beneficiarem. O instrumento, que se tornou lei durante o Governo Lula, pode ser útil no combate ao crime, mas não pode ser utilizado indiscriminadamente - deve ser corroborado com outras provas, o que não aconteceu no caso de Lula.

LULA É A PETROBRAS

Sem conseguir encontrar nenhum ato ilícito de Lula, como Presidente da República, que beneficiasse as empreiteiras acusadas de montar o esquema de corrupção envolvendo contratos com a Petrobras, a Lava Jato e o Juiz Moro apelaram para uma narrativa absurda e mentirosa. Lula, como Presidente, era o responsável por assinar as nomeações dos diretores da Petrobras e que, portanto, deveria estar ciente do esquema criminoso em que alguns desses diretores se envolveram.

A verdade é que o Presidente da República é responsável pela nomeação de milhares de cargos do Governo Federal e das empresas estatais. As indicações para os cargos são feitas por partidos políticos, e avalizadas – antes de chegar ao Gabinete do Presidente – por diversos órgãos de controle. Nenhum desses órgãos identificou qualquer irregularidade por parte das indicações para a Petrobras. É absurdo, portanto, acreditar que Lula tivesse conhecimento da conduta ilegal dos diretores envolvidos.

Vale lembrar, aliás, que os diretores envolvidos nos casos de corrupção investigados pela Lava Jato já trabalhavam na empresa há anos, como funcionários de carreira, e alguns já haviam desempenhado funções de diretoria em governos anteriores a Lula, sem que suas condutas tivessem sido questionadas.

Sobre esse tema, aliás, vale ressaltar que duas auditorias internacional-

mente reconhecidas – a KPMG e a PricewaterhouseCoopers – comprovaram que Lula não teve nenhum vínculo com os atos ilícitos praticados pelos diretores envolvidos no caso de corrupção na Petrobras. Essas auditorias foram simplesmente descartadas por Moro e Hardt como provas de inocência de Lula.

O CASO DO SÍTIO EM ATIBAIA

A segunda condenação de Lula trata de uma reforma realizada em um sítio na cidade de Atibaia, estado de São Paulo. Novamente, a acusação é que a reforma do sítio, bancada pelas empreiteiras Odebrecht e OAS, seria uma retribuição a Lula por benefícios que ele teria concedido às construtoras enquanto foi presidente da República. Novamente, Lula foi condenado sem que fossem indicados quais atos ele teria praticado, como Presidente da República, para beneficiar as construtoras. Também não há qualquer evidência de que Lula tenha solicitado favores às empreiteiras.

A verdade é que Lula nunca foi dono do sítio. Sim, ele frequentava o local, mas os proprietários eram amigos de longa data.

Dessa vez, quem assina a sentença é a juíza Gabriela Hardt, que substituiu Moro quando ele se tornou Ministro da Justiça. Hardt simplesmente copiou trechos inteiros da sentença de Moro no caso do apartamento do Guarujá, para condenar Lula a 12 anos e 11 meses de prisão. Isso demonstra a pré-disposição da juíza em condenar Lula, questionando novamente a imparcialidade de quem julga o ex-presidente.



Militante na Vigília Lula Livre, em Curitiba. Intervenção sobre foto de Ricardo Stuckert

LULA, UM PRESO INCOMUM



Ator Danny Glover
visita Vigília Lula Livre,
em Curitiba.
Foto: Ricardo Stuckert

Desde que foi preso, Lula tem recebido um tratamento que reforça o caráter político de sua prisão. Alguns episódios demonstram claramente esse fato:

- Em 06 de julho de 2018, Lula foi beneficiado por um Habeas Corpus, concedido pelo Desembargador plantonista do TRF 4. A Polícia Federal se recusou a acatar a decisão do Desembargador, e manteve Lula preso até que essa decisão fosse cassada pelo presidente do Tribunal. Nesse processo, o juiz Sérgio Moro proferiu uma decisão absurda, determinando a manutenção de Lula na cadeia. Absurda porque sequer cabia a ele se manifestar sobre o tema, já que ele não é o juiz responsável pela execução da pena de Lula. E também porque um juiz de primeira instância não pode contrariar uma decisão de um órgão superior. Mais uma vez, fica evidente que Moro atua como um perseguidor, não como um juiz.

- No período eleitoral, Lula foi beneficiado por decisão do Comitê de Direitos Humanos da ONU (Organização das Nações Unidas), que reconhecia seu direito de concorrer ao cargo de Presidente da República. Na decisão, a ONU obrigava o Estado Brasileiro a permitir que ele praticasse todos os atos como candidato, enquanto não houvesse decisão judicial que o impedisse de concorrer. Novamente, uma decisão favorável a Lula foi descumprida pelo Estado Brasileiro.

- Em outubro de 2018, o Ministro do Supremo Ricardo Lewandowski autorizou que um jornalista da Folha de São Paulo

entrevistasse Lula na cadeia. A Polícia Federal novamente se recusou a cumprir uma ordem judicial, aguardando até que essa ordem fosse revogada por nova decisão, dessa vez do presidente do STF, Dias Toffoli. Vale lembrar que muitos presos já foram entrevistados dentro do cárcere – por que, então, Lula não poderia conceder uma entrevista?

- Em 29 de janeiro de 2019, faleceu Vavá, um dos irmãos de Lula. Segundo a Lei de Execuções Penais, todos os presos têm direito a sair temporariamente da cadeia para participar do velório e enterro de familiares próximos. A Lula esse direito foi negado pela juíza responsável pela execução de sua pena. Somente quando o enterro de Vavá já havia acontecido é que houve uma decisão favorável a Lula, concedida pelo presidente do STF. A decisão, no entanto, além de atrasada, não permitia que Lula fosse ao velório, mas que o corpo do irmão, caso a família assim desejasse, fosse transportado a uma área militar para que Lula se despedisse. Nesse caso, o Ministério Público Federal, ao se manifestar contra a ida de Lula ao velório do irmão, escreve com todas as letras que Lula “não é um preso comum”.



Acervo: CSBH/FPA.
Autoria: Vera Jursys

POSSIBILIDADES DE LIBERDADE PARA LULA

Lula está, pois, preso por circunstâncias que podem ser alteradas a qualquer momento por decisão judicial no Superior Tribunal de Justiça (STJ) ou no Supremo Tribunal Federal (STF).

Sua pena pode ser revista ou alterada por qualquer das duas Cortes superiores, permitindo sua liberdade provisória no exercício de seu direito de defesa. Sua liberdade pode ainda ser determinada por uma mudança de posição do STF quando ao cumprimento antecipado da pena, de massa, nas instâncias superiores de Justiça e se fortalece com a vitória eleitoral de Bolsonaro e a nomeação do Juiz titular da Lava Jato, Sérgio Moro, como seu Ministro da Justiça e da Segurança Pública.

As sentenças que têm sido impostas a Lula nos processos já julgados e a ação policial e do Ministério Público em outras investigações e processos em curso são determinados também, e fortemente, pela força da opinião pública.

Uma mudança na correlação de forças na sociedade é fundamental para que o Poder Judiciário faça Justiça para Lula e para o povo brasileiro.

Assim, vamos fazer a nossa parte. Solidariedade a Lula, a toda pessoa vítima de injustiças e perseguições, à luta do povo por democracia, soberania nacional e direitos.

LINHA DO TEMPO DA PERSEGUIÇÃO CONTRA LULA



Janeiro 2011

Lula transmite o cargo de Presidente da República com a maior taxa de aprovação da história. Nos anos seguintes, rodaria o mundo compartilhando seus conhecimentos e experiências. Por onde passava, era recebido com honras de Chefe de Estado.

Março 2014

Início da Lava Jato

Outubro 2014

Dilma é reeleita Presidente da República, em eleição apertada. Seu segundo mandato é sabotado sistematicamente pela oposição.

Novembro 2014

7ª Fase da Lava Jato prende presidentes de grandes empreiteiras (OAS, UTC e Camargo Correa) acusadas de fazerem parte do cartel que superfaturava os contratos com a Petrobras, em parceria com seus diretores.

Junho 2015

14ª Fase da Lava Jato prende presidentes da Odebrecht e Andrade Gutierrez. Marcelo Odebrecht é acusado de liderar o "cartel das empreiteiras".

Novembro 2015

Dona Marisa desiste formalmente da compra do apartamento do Guarujá

Dezembro 2015

Eduardo Cunha acata abertura de processo de impeachment

Janeiro 2016

22ª Fase da Lava Jato investiga caso do Triplex no Guarujá, que nunca pertenceu a Lula nem foi usado por ele.

Fevereiro 2016

STF altera entendimento sobre a possibilidade do cumprimento antecipado de pena. Com a decisão do Tribunal, réus condenados em segunda instância não poderão recorrer em liberdade.

Março 2016

4 - Lula é conduzido à força para depor na Lava Jato. A condução coercitiva de Lula é amplamente criticada pela classe jurídica, já que Lula sempre se dispôs a colaborar com as investigações.

9 - Lula é denunciado pelo Ministério Público de São Paulo no caso do Triplex no Guarujá, que nunca esteve em seu nome, e nunca fora utilizado por ele ou por sua família. A denúncia é alvo de críticas e piada por sua inconsistência.

16 - Lula é nomeado como Ministro da Casa Civil. Sua nomeação foi cassada sem previsão legal. Moro divulga ilegalmente gravações de diálogos entre Lula e a Presidenta, sendo repreendido por sua atuação.

Abril 2016

Câmara aceita abertura do impeachment e Dilma é afastada do cargo.

Junho 2016:

Léo Pinheiro tenta fechar acordo de delação premiada com MPF, mas as negociações travam após o depoimento do empresário inocentar Lula.

Julho 2016

Defesa de Lula leva à Comitê de Direitos Humanos da ONU provas da perseguição judicial a Lula.

Agosto 2016

Dilma é deposta do cargo por um golpe de estado.



Encontro Nacional Lula Livre, em São Paulo. Foto: Ricardo Stuckert

Setembro 2016

Antonio Palocci é preso sob a acusação de ter atuado em favor da Odebrecht.

Fevereiro 2017

Falecimento de Dona Marisa Letícia

Abril 2017

Léo Pinheiro muda a versão a respeito do caso Triplex, implicando Lula. Ele também troca de advogados e tenta fechar acordo de delação premiada, com a nova versão da história.

Mai 2017

em uma decisão completamente sem fundamento, o juiz Ricardo Leite determina o fechamento do Instituto Lula. A decisão do juiz foi tomada de ofício, ou seja, sem ter sido pedida pelo

Ministério Público.

Lava Jato no Paraná faz mais uma denúncia contra Lula, no caso do sítio de Atibaia.

Julho 2017

Sem provas, o juiz Sérgio Moro condena Lula a 9 anos de prisão pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro no caso do triplex no Guarujá.

Dezembro 2017

Lula dispara nas pesquisas e chega a 45% de intenção de votos.



Janeiro 2018

TRF-4 confirma condenação de Lula e aumenta pena para 12 anos e 1 mês, para impedir prescrição da pena. Recurso foi julgado em tempo recorde.

Passaporte de Lula é apreendido um dia antes de viagem à Etiópia, onde participaria de uma reunião da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO).

Março 2018

TRF4 rejeita queixa-crime de ex-presidente Lula contra juiz Sérgio Moro. A Caravana Lula pelo Brasil é alvo de tiros, no Rio Grande do Sul.

Abril 2018

STF rejeita o Habeas Corpus de Lula por 6 a 5. A defesa alega a inconstitucionalidade do cumprimento de pena antes do trânsito em julgado de sentença condenatória. No dia 7, Lula se entrega voluntariamente à Polícia Federal, depois de participar de missa em memória de Dona Marisa, falecida um ano antes.

Julho 2018

Juiz Ricardo Leite absolve Lula em denúncia de obstrução de justiça, baseada em delação sem provas de Delcídio do Amaral. O desembargador Rogério Favreto, do TRF-4, concede um Habeas Corpus ao Presidente Lula. A Polícia Federal se recusa a cumprir a ordem judicial. Uma guerra de decisões – inclusive com interferência ilegal de Moro –, segue até a cassação do HC pelo presidente do TRF-4.



Agosto 2018

Candidatura de Lula é registrada no TSE. ONU determina que Lula pode ser candidato se baseado no Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, do qual o Brasil é signatário desde a década de 80. TSE rejeita candidatura de Lula, ignorando a decisão da ONU.

Outubro 2018

Sem Lula na disputa, Bolsonaro vence as eleições em segundo turno e se elege presidente da República.

Novembro 2018

Moro, juiz que condenou Lula, aceita ser ministro da justiça de Bolsonaro, maior beneficiário da prisão de Lula. Há indícios de que Moro e a equipe de Bolsonaro se reuniram durante a campanha eleitoral, período em que Moro ainda presidia ações contra Lula.

Fevereiro 2019

Lula é condenado sem provas no caso do sítio de Atibaia.



Lula agradece solidariedade do povo em ato público na Esquina Democrática de Porto Alegre. Foto: Ricardo Stuckert

GOVERNO BOLSONARO E A CRIMINALIZAÇÃO DOS DEFENSORES DO POVO

A interdição de Lula e fraudes eleitorais no primeiro turno das eleições presidenciais marcaram a natureza do novo governo. O Governo Bolsonaro se baseia sobre três pilares que asseguram a ele a necessidade de aprofundamento das características de exceção já verificadas durante o período Temer. O programa ultraliberal de diminuição do Estado Brasileiro em favor do grande capital financeiro internacional, com seus programas de privatização, ajuste fiscal e revogação de políticas públicas e direitos sociais do povo; a subordinação geopolítica do Estado Brasileira aos interesses do imperialismo norte-americano sobre as riquezas nacionais do Brasil e as nossas relações e alianças com outros países do continente e do hemisfério Sul; e a regressão em conquistas civilizatórias e direitos

de amplos setores da classe trabalhadora, das populações negras e indígenas, da juventude, da comunidade LGBTI+ e das mulheres.

Esse programa radicalmente im-

popular exige o fortalecimento de um Estado autoritário, com uma tutela militar crescente no novo governo e a transformação do discurso de combate à corrupção e ao crime organizado em ações legislativas e governamentais que aprimorem a capacidade repressiva do Estado Brasileiro. Esse é o sentido mais profundo da aliança estabelecida entre a cúpula da Operação Lava Jato, das Forças Armadas e do Poder Executivo para gerir a criminalização da política, dos movimentos sociais e do povo brasileiro.

Moro e os ministros militares do Palácio do Planalto lideram, assim, uma coalizão que tudo fará para manter Lula como preso político por período indeterminado. Para impedir que sua liderança se some à resistência democrática de modo mais ativo; para lembrar a tod@s que o braço repressivo do Estado autoritário alcançou a mais forte expressão nacional e internacional da luta do povo brasileiro, e portanto pode alcançar quem se contrapuser aos seus ditames.



A CAMPANHA LULA LIVRE E A RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA

A Campanha Lula Livre é uma campanha que se une à luta por democracia, pelos direitos do povo e pela soberania nacional na atual quadra da história brasileira.

Ela não é exclusiva de uma pessoa injustiçada, de seu partido, de seus simpatizantes. É expressão de uma luta ampla por Justiça para o povo brasileiro, para seus defensores e também para Lula.

A campanha Lula é supra-partidária. Está aberta à participação de todas as pessoas de boa vontade, interessadas em assegurar os direitos de

Lula e de qualquer outro cidadão ou cidadã injustamente perseguido, acusado e condenado.

A campanha Lula engaja setores organizados da sociedade, como partidos políticos, movimentos sociais, associações e organizações da sociedade civil, como personalidades do mundo da cultura, das religiões, da Academia, militantes e ativistas, pessoas do povo que reconhecem a inocência de Lula e a defesa dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais do conjunto da população brasileira.

Ex-presidente Lula no velório de sua esposa, Marisa Letícia, no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, em São Bernardo.
Foto: Ricardo Stuckert

Como participar da Campanha Lula Livre



Pepe Mujica, ex-presidente do Uruguai, acompanhado da Presidenta Nacional do PT, Gleisi Hoffmann, na Vigília Lula Livre.
Foto: Ricardo Stuckert

O Comitê Nacional Lula Livre promove no Brasil a mais ampla gama de atividades de apoio à luta pela liberdade de Lula e de solidariedade às lutas do povo brasileiro por democracia, justiça social, soberania nacional e direitos. É composto por mais de 80 organizações nacionais e personalidades das mais variadas áreas – partidos políticos, movimentos sociais, centrais sindicais, intelectuais, religiosos, artistas, entre outros.

Nos estados, municípios, bairros, locais de trabalho e de militância, se multiplicam também iniciativas de apoio a Lula, comitês populares e grupos de solidariedade, de caráter presencial e virtual, com forte dinamismo. Nas próximas páginas, você verá como você pode participar da campanha Lula Livre e como constituir um comitê popular para reforçar essa luta.



Há um conjunto de iniciativas coordenadas nos planos nacional e internacional pelos Comitês Lula Livre. O Comitê Internacional Lula Livre promove iniciativas em vários países do mundo e ações globais de apoio a Lula e à luta por sua liberdade, como a Jornada Mundial Lula Livre, a campanha pela concessão do Prêmio Nobel da Paz a Lula, a defesa de Lula junto ao Conselho de Direitos Humanos da ONU e outras instituições internacionais. Ele foi criado durante os trabalhos do Fórum Social Mundial de 2018, em Salvador.

Ex-presidente Lula visita Magé, no Rio de Janeiro, durante Caravana.
Foto: Ricardo Stuckert

Como construir um Comitê Popular Lula Livre

Passado um ano de injustiça, precisamos dar um salto na organização e aumentar as atividades que juntem todos aqueles que acreditam na luta para libertar Lula.

Nesta próxima fase, a campanha Lula Livre precisa ser ainda mais ampla e organizada. Liberdade, dignidade e democracia não se negociam. Independente de partido, religião, gênero, etnia, profissão e idade, a bandeira Lula Livre pertence a todos.

Para isso, a primeira parte dos textos deste caderno é muito importante. Leia com atenção, discuta, converse com as pessoas sempre procurando as pontes de diálogo para fazer com que cada vez possamos contar com mais pessoas defendendo a liberdade do ex-presidente.

A nossa campanha é tão diversa quanto a história e cultura brasileira. Nela se encaixa diferentes formas de organização. Por exemplo, se você faz parte de um coletivo no qual todos defendem Lula Livre, converse com seus parceiros sobre a campanha e organize uma agenda de atividades, conversas e outras iniciativas.

A campanha ser grande e ampla são objetivos principais. Para isso acontecer é preciso que o Comitê dialogue com diferentes setores da sociedade sobre os motivos do processo da prisão política de Lula.

Tem várias formas de participação na campanha, entretanto, a principal dela é a organização dos Comitês. Organize o comitê na sua associação, trabalho, escola, universidade, no seu bairro ou coletivo.

Esta é uma luta necessária. É preciso lutar, é possível vencer essa batalha. Vem com a gente! Veja como organizar o Comitê:

O Comitê Lula Livre tem como objetivo principal elaborar, planejar, organizar e realizar atividades que corroboram com a campanha nacional pela libertação do ex-presidente, estimulando a participação ampla de diferentes setores brasileiros. Na sua agenda deve conter atividades públicas de manifestação de apoio ao Lula, de diálogo com a socie-

dade sobre as razões da prisão política, seu contexto e denúncia de qualquer tipo de cerceamento de direitos e/ou manobras jurídicas.

Embora o modo de organização dos comitês tenha que dialogar com a força social em cada caso específico, é importante os participantes discutirem como se dará a estruturação da campanha. Não tem presidente, diretoria ou qualquer tipo de hierarquia, mas em compensação tem que ser muito organizado, elencar responsabilidades diferenciadas para que ações debatidas e encaminhadas como coletivas sejam realizadas e alcancem êxito.

O Comitê é a principal referência para todos e todas que querem participar da campanha Lula Livre, discutir e até tirar dúvidas sobre os procedimentos políticos e jurídicos que envolvem o ex-presidente.

Não é necessário ter uma sede física para começar a funcionar. A reunião pode acontecer em alguma garagem de um membro da campanha, no sindicato, salão da igreja ou na mesa da padaria do bairro ou do trabalho.

A reunião, a conversa olho no olho é importante para criar “massa crítica” e opinião pública mais efetiva, coesa. Além de construir laços entre os participantes em um processo também de formação política coletiva e de pactuar os objetivos de cada comitê, conforme cada circunstância e realidade.

Esses objetivos podem ser uma meta de organização no estado, manter viva a campanha na cidade, reunir com líderes de instituições para apresentar a campanha, realizar atividades e debates. Enfim, a campanha pode ganhar a forma que for decidida entre os seus membros.

Outro desafio é a distribuição dos materiais de comunicação Lula Livre para o máximo de pessoas possíveis e a produção local de outros materiais.

De maneira organizada fica mais fácil a ideia coletiva se tornar realidade. “Sonho que se sonha junto, vira realidade”, já disse o escritor Miguel de Cervantes.

Comitê Digital Lula Livre

A organização dos comitês também pode – e deve! – ocorrer no ambiente digital. Embora o ponto de encontro seja no espaço de conexão, é preciso se debruçar sobre quais os objetivos do grupo.

O Comitê Digital não exclui o comitê presencial, sendo mais um dispositivo de ampliação e organização da campanha pela liberdade de Lula. Desse modo, a função do comitê digital é alargar os caminhos de participação e dar suporte para o planejamento da campanha.

Não se pode subestimar o potencial dos espaços de comunicação, redes sociais e outras plataformas nos processos políticos de um mundo globalizado.

Nos casos de já existirem os comitês presenciais, pode-se discutir no ambiente digital qual agenda será feita, deixar um espaço de tempo para discutir ações, ou facilitar a comunicação cotidiana.

Os Comitês que tiveram a sua origem no ambiente digital, precisarão debater a sua função, a estratégia, as suas iniciativas e quem ficará responsável pelas tarefas. Da mesma forma que os presenciais, o requisito mínimo para ser membro é ser favorável à liberdade do ex-presidente.

Em meio a tantos grupos que participamos atualmente, é fundamental compreender que o comitê digital tem função social específica, por isso, nada de ficar enviando tudo sobre outros assuntos, que sabemos que são importantes, mas não têm relação direta com o nosso tema principal de trabalho. Reserve o comitê digital para as discussões específicas sobre o assunto que unifica todos os membros, ou seja,

Cantor e compositor
Chico Buarque no
Festival Lula Livre.
Foto: Ricardo Stuckert



a campanha Lula Livre.

Dentro de cada comitê digital também é preciso debater as responsabilidades, projeto e ações que comitê queira realizar. No mínimo, tem que haver um moderador, que vai organizar o fluxo de discussão, os horários específicos para os temas da pauta. Esse papel é diferente dos “porteiros” que são os administradores do grupo que têm a chave de acesso. É papel do administrador conversar com cada membro antes de inseri-lo no comitê digital e explicar as formas de participação.

Outra função necessária nesse ambiente é o agitador, que vai encaminhar os materiais de comunicação, vai agitar discussões no grupo e auxiliar com que o grupo cumpra o seu papel.

É fundamental que os comitês digitais estejam em diálogo permanente com a comunicação nacional da campanha, inserir o contato nacional nos grupos e participar da elaboração da política de comunicação e mobilização nacional.

IMPORTANTE

- Mantenha-se atualizado sobre os temas da campanha com diferentes pontos de vista.
- Cuidado e vigilância com os dispositivos digitais é muito importante. Não exponha os dados dos participantes da campanha em outros grupos em hipótese alguma.
- Não esqueça de verificar a veracidade da matéria antes de distribuir nos grupos.
- Discuta com os membros da campanha matérias e informativos, fazendo do espaço do comitê locais de formação política.



Lula visita obras de extensão da
Linha 2 do Metrô de Salvador.
Foto: Ricardo Stuckert



Festival Lula Livre.
Foto: Ricardo Stuckert

SEJA VOCÊ A MÍDIA LULA LIVRE

Com o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação - as chamadas TIC's - ficou mais fácil para que você seja a própria mídia. Hoje em dia as pessoas postam fotos, textos e vídeos a todo instante nas suas redes.

Tratando a campanha pela liberdade de Lula, antes de sair postando em todas as redes, é importante sempre se questionar: 1) Qual é o sentido dessa minha postagem? Sobre o que é essa mensagem? Para quem vai essa mensagem? Qual efeito vai produzir? E qual é a função dela?

Isso é importante para que a comunicação produzida tenha seu papel alcançado em meio a milhões de mensagens que circulam a cada segundo nas redes sociais.

É fundamental se questionar também sobre qual é o melhor formato e linguagem para falar com o público da informação. Uma foto, uma charge ou vídeo, em determinadas situações, são mais eficientes do que o texto; noutras vezes o texto pode ser o melhor caminho para uma comunicação eficaz.

Em temas polêmicos, utilize os meios de comunicação da campanha nacional para subsidiar a produção local de material e as intervenções nos grupos de whatsapp.

COMO MANTER ATIVO UM COMITÊ POPULAR LULA LIVRE

O importante é ter vida permanente, uma dinâmica periódica de atividades de reflexão e ação que envolva as pessoas.

A partir da disponibilidade de cada grupo, mapear espaços que podem ser atingidos pela ação do Comitê Popular: redes sociais, bairros, locais de trabalho e de concentração popular - feiras livres, escolas, igrejas, etc.

É importante definir ações que, mesmo pequenas, estejam voltadas para a população, sejam periódicas e permanentes. Buscar contatos com pessoas que possam ser multiplicadoras e militantes da campanha, organizar rodas de conversa em locais públicos ou residências, realizar mutirões de panfletagens, visitas de casa em casa ou presença organizada em locais de grande circulação (com banquinhas, material visual, etc.)

Pode-se buscar a participação no plano local e virtual da militância das Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo, dos partidos, centrais sindicais, movimentos e organizações que integrem a campanha e o Comitê Nacional Lula Livre.

OS PARTIDOS POLÍTICOS E A CAMPANHA LULA LIVRE



Além dos vários partidos políticos que integram formalmente o Comitê Nacional Lula Livre, participam da campanha seções locais de outros partidos, parlamentares e lideranças políticas que podem e devem ser envolvidos na campanha. Os Comitês Lula Livre são supra-partidários, mas os partidos políticos são fundamentais para auxiliar na organização e mobilização social em defesa da liberdade de Lula.

- Levar para as Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais a campanha, através da organização de frentes parlamentares em defesa da democracia, dos direitos do povo, da soberania nacional e da liberdade de Lula, promovendo debates, seminários e audiências públicas.

- Impulsionar as iniciativas unificadas,

de caráter supra-partidário, apoiando as ações do Observatório da Democracia, da Frente Brasil Popular, da Frente Povo Sem Medo e articulando a presença da campanha Lula Livre nessas iniciativas.

- Acionar as comissões legislativas de direitos humanos nas Câmaras Municipais, Assembleias Legislativas e Congresso Nacional, sobre os temas do lawfare, da perseguição judicial a Lula, da garantia de direitos do povo ameaçados, da criminalização das lideranças e movimentos sociais.

- Envolver nos Comitês Populares representantes dos diretórios, secretarias e núcleos dos partidos que apoiam a campanha, parlamentares e dirigentes de movimentos sociais, convidando sempre para as atividades gerais e de mobilização dos comitês.

Manoela D'Ávila, Fernando Haddad e Guilherme Boulos em lançamento do Comitê Lula Livre.

Foto: Ricardo Stuckert

OS SINDICATOS E A CAMPANHA LULA LIVRE

Os Comitês de base, com ou sem esse nome, devem ser constituídos pelos militantes da categoria que assumam a responsabilidade de animar a luta por Lula Livre no sindicato, no núcleo sindical ou no local de trabalho, de acordo com a disponibilidade militante e com a organização territorial da categoria. O objetivo desse comitê deve ser pautar o debate da importância da liberdade de Lula com a categoria específica.

Esse tipo de comitê não se confunde com outras iniciativas em conjunto com os partidos e movimentos que buscam disputar a sociedade em geral neste mesmo tema. É um trabalho de militantes sindicais para com as suas próprias bases, não se confundindo com a importante ação militante nas periferias ou nos locais de grande circulação.

O objetivo é fazer o processo de debate, disputa e conscientização das nossas próprias bases sobre a importância da liderança de Lula para os trabalhadores, os motivos da sua injusta prisão e porque ele deve ser solto.



Trompetista no marco dos 300 dias da prisão do ex-presidente Lula na Vigília Lula Livre. Foto: Ricardo Stuckert

Sugestões para o trabalho de base

a) Elaborar e distribuir regularmente nos locais de trabalho materiais simples, com textos curtos, tratando da luta por Lula Livre.

b) Abrir espaço para o tema nos meios de comunicação da entidade sindical (jornal, site, redes sociais, programas de rádio/tv), sempre relacionando a luta por sua liberdade, como uma luta de solidariedade e com a luta diária por direitos da classe trabalhadora (Ex: luta contra a reforma de previdência).

c) Cadastrar aqueles trabalhadores/as que aceitem receber informações sobre a luta por Lula Livre, construindo grupos específicos de Whatsapp da categoria que poderão ser alimentados cotidianamente com os materiais produzidos pela comunicação do Comitê Lula Livre.

d) Realizar atividades no sindicato, na entrada/saída dos locais de trabalho ou em outros locais de concentração da categoria que deem visibilidade ao tema e estimulem a reflexão dos trabalhadores.

e) definir uma data fixa semanal, quinzenal ou mensal, para realização de alguma ação política de agitação junto à categoria no que diz respeito à luta por Lula Livre.

f) organizar caravanas da categoria à Vigília Lula Livre em Curitiba. A participação, por um ou dois dias, da rotina da Vigília Lula Livre, dos debates formativos que lá se realizam é uma experiência de formação política única e um investimento importante na formação de militantes sindicais.

AS JUVENTUDES E A CAMPANHA LULA LIVRE



Mulheres da Vigília Lula Livre, em Curitiba, em homenagem a Marielle Franco no Dia Internacional da Mulher. Foto: Ricardo Stuckert

A juventude está presente em diferentes espaços de convívio: está nos bairros, nas escolas, nas universidades. Se organiza a partir do local de estudo, de trabalho, coletivos de cultura, religiosos, etc. Para além disso, vemos nos jovens um grande potencial e disposição para questionar e transformar a realidade que deve ser estimulado. Esse segmento é um dos principais dinamismos da campanha pela liberdade do ex-presidente Lula.

Para organizar a campanha é necessário a construção coletiva de iniciativas organizativas e de construção de calendários que explorem novas formas e métodos de fazer política através da arte, cultura, agitação e propaganda e explorando a diversidade de linguagens e culturas do povo brasileiro.

É possível organizar saraus temáticos, rodas de conversa, decoração nas cidades, oficinas de música e fanzines, cine debates, oficinas de capacitação profissional que tangenciem as temáticas envolvendo a campanha, entre diversas outras ferramentas que atraiam os jovens e funcionem como uma porta de entrada para o debate, a politização e principalmente a ação coletiva.

É fundamental que o potencial organizativo dessas iniciativas seja explorado com a construção de comitês, coletivos, associações de bairro, centros acadêmicos, grêmios escolares e outras formas que garantam a continuidade do debate.



Monja budista Coen Roshi na Vigília Lula Livre após visita ao ex-presidente Lula. Foto: Cláudio Kbone

A VIGÍLIA LULA LIVRE EM CURITIBA

A Vigília Lula Livre, organizada em frente à sede da Polícia Federal em Curitiba desde a prisão de Lula, se transformou num importante espaço de resistência, visibilização da campanha, organização da militância, formação política e articulação de iniciativas.

Militantes dos Comitês Populares de todo o país, dos movimentos sociais e partidos políticos que integram a campanha se revezam em vigília permanente. Desenvolvem, ao longo do dia, intensa programação de rodas de conversa e atividades de compartilhamento das informações das visitas ao Presidente Lula. Mantêm o ânimo do nosso Presidente, com os tradicionais Bom dia, Boa tarde e Boa noite.

Diante disso, é muito importante que todos Comitês Lula Livre possam apoiar a Vigília Lula Livre.

+ Organizando caravanas para Curitiba, para participar durante algumas horas ou dias da Vigília.

+ Repercutindo nas redes sociais e reuniões as atividades da Vigília transmitidas por suas mídias digitais.

+ Arrecadando recursos para a manutenção da Vigília, pagamento dos alugueis, alimentação, atividades.

COMITÊ NACIONAL LULA LIVRE

Rua São Bento, 365, 20º andar
Centro, São Paulo - SP, 01011-100

Secretaria-geral:
comitelulalivre@gmail.com

Secretaria de comunicação:
imprensululalivre@gmail.com
11 99690-3298 (whatsapp)